



**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
(DO SR. MÁRCIO MARINHO)**

**PROJETO DE LEI Nº 3.096, DE 2023**

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar a interveniência pessoal na comercialização de bebidas alcólicas em sistema de autoatendimento.

**Autor:** Deputado BACELAR

**Relator:** Deputado MÁRCIO MARINHO

**I - RELATÓRIO**

O **Projeto de Lei nº 3.096, de 2023**, modifica a Lei nº 8.069, de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para obrigar a interveniência pessoal de representante do estabelecimento comercial para verificar a idade do comprador na comercialização de bebidas alcólicas por sistemas de autoatendimento, autosserviço e tecnologias congêneres.

Em sua Justificação, afirma-se que a proibição de venda de bebidas alcólicas a crianças e adolescentes em estabelecimentos comerciais têm sido frequentemente violada em virtude da falta de fiscalização a respeito da idade dos compradores nos chamados SELF-CHECKOUTS.

O projeto foi distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO – REPUBLICANOS/BA**

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em 18/03/2024, foi apresentado o parecer da Relatora, Dep. Rogéria Santos (REPUBLIC-BA), pela aprovação, com substitutivo e, em 24/04/2024, aprovado o parecer.

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, em 20/08/2024, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. José Nelto (UNIÃO-GO), pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Esse parecer, contudo, não chegou a ser apreciado.

Recebo agora, a incumbência de relatar a matéria novamente neste Colegiado. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Por concordar com as premissas e conclusões elaboradas pelo relator que me antecedeu nesta Comissão, peço licença para reproduzir, aqui, o teor do seu voto.

A questão tratada na presente proposição dialoga de modo profundo com uma das mais atuais preocupações dos operadores do direito do consumidor: a proteção dos consumidores hipervulneráveis.

Assim como os idosos e as pessoas com deficiência, crianças e adolescentes sofrem com ainda mais intensidade os impactos do desequilíbrio entre o poder econômico e informacional dos fornecedores e a fragilidade dos consumidores.

O discernimento ainda incompleto e a elevada suscetibilidade a influências de terceiros – em especial às mensagens publicitárias – conduzem crianças e adolescentes a desejar produtos que não são adequados para sua faixa etária ou que não correspondem às necessidades reais de suas vidas.

Nesse contexto, o álcool se apresenta, ao mesmo passo, como um dos produtos mais nocivos aos nossos jovens e dos mais procurados por esse público, apesar da expressa proibição legal de venda para menores de 18 anos.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO – REPUBLICANOS/BA**

O projeto em tela vem, com oportunidade e pertinência, enfrentar um cenário que, verdadeiramente, tem contribuído ainda mais para que a proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores seja descumprida, e que corresponde ao avanço dos serviços de autoatendimento. A medida prevista no Projeto – de obrigar a interveniência pessoal na comercialização de bebidas alcólicas nos autosserviços – incute, indubitavelmente, maior grau de segurança e de proteção às crianças e adolescentes no mercado de consumo. Merece, portanto, nosso integral acolhimento.

Percebemos, porém, que, em sua passagem pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, a proposta recebeu coerente aperfeiçoamento, estendendo a obrigatoriedade de interferência pessoal na venda dos demais produtos vedados aos menores de idade (caput do Art. 81 da Lei nº 8069/1990), como tabaco, fogos de artifício, bilhetes lotéricos e revistas e publicações de conteúdo adulto, entre outros.

Reconhecendo os avanços promovidos pelo Substitutivo aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, propomos nesta Comissão de Defesa do Consumidor a apresentação de novo texto substitutivo, que consolida e amplia a proteção aos consumidores menores de idade.

Além de exigir a interveniência pessoal de preposto em sistemas de autosserviço para produtos cuja venda é vedada a menores, propomos a inclusão de medidas tecnológicas de controle e validação etária, que reforcem a segurança nos estabelecimentos que operam por meio de self-checkouts e tecnologias afins.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.096, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão,        de        de 2025.

**MÁRCIO MARINHO**  
Deputado Federal  
Republicanos/BA





**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.096, DE 2023**

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a venda de produtos proibidos para crianças e adolescentes por meio de sistemas de autoatendimento, autosserviço ou tecnologias congêneres.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera o art. 81 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a venda de produtos proibidos para crianças e adolescentes por meio de sistemas de autoatendimento, autosserviço ou tecnologias congêneres.

**Art. 2º** O art. 81 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 81. (...)

§1º A venda, por meio de sistemas de autoatendimento, autosserviço ou tecnologias congêneres, de produtos cuja aquisição por crianças e adolescentes seja proibida somente poderá ocorrer desde que adotada uma das seguintes medidas:

I – acompanhamento presencial de preposto do estabelecimento responsável pela verificação da idade do consumidor; ou





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO MARINHO – REPUBLICANOS/BA**

II – utilização de mecanismo tecnológico de restrição ou validação etária, como bloqueio digital, leitura automatizada de documento de identidade, biometria ou outro meio eletrônico que impeça a liberação do produto sem a confirmação da idade mínima legal.

§2º Os produtos referidos no § 1º deverão estar fisicamente separados dos demais itens expostos nos sistemas de autoatendimento, autosserviço ou tecnologias congêneres, com sinalização clara e ostensiva acerca da vedação legal à sua aquisição por crianças e adolescentes.

§3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o infrator às sanções previstas no art. 243 deste Estatuto e demais normas aplicáveis na legislação vigente.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,      de      de 2025.

**MÁRCIO MARINHO**  
Deputado Federal  
Republicanos/BA

